

II Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida

Editorial

A participação da população negra nos movimentos de massas é uma conquista que vem se consolidando a cada ano e é um aspecto marcante dos movimentos populares no Brasil.

Em julho de 1978, desafiando a Ditadura Militar, lideranças negras de expressão nacional proclamaram em Ato Público o surgimento do **Movimento Negro Unificado** diante de mais de 2000 mil pessoas reunidas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Era a retomada da organização do Movimento Negro após o golpe militar de 1964.

Em 1988, o ano do **Centenário da Abolição e da Assembléia Constituinte**, o Movimento Negro Brasileiro saiu às ruas em todo território nacional para protestar contra a farsa da abolição, mas enfrentou, no Rio de Janeiro, a repressão policial à manifestação pública do dia 13 de maio de 1988. No campo institucional saiu da constituinte vitorioso porque o cenário brasileiro de concentração da terra foi questionado por parlamentares que incluíram na Constituição de 1988 dispositivo que garantiu o direito da população remanescente de quilombo à titulação da terra. Desde então, os quilombolas têm se articulado nacionalmente para exigir títulos de propriedade das terras e políticas econômicas, educacional e cultural em seus territórios. No aspecto jurídico político os parlamentares conseguem a aprovação da Lei Caó que criminaliza o racismo. Nesta década as manifestações de ruas e ações institucionais dão seus primeiros passos para a fim do mito da democracia racial.

A política institucional de implementação de organismos de combate ao racismo no aparelho do estado foi inaugurada em 1984, no Governo Franco Montoro, com criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento

da Comunidade Negra do Estado de São Paulo. Na mesma linha de ação o Presidente Sarney, por ocasião do Centenário da Abolição em 1988, criou a Fundação Palmares um órgão do Ministério da Cultura.

Uma grande expressão da participação popular do Movimento Negro Brasileiro ocorreu em **20 novembro de 1995** em Brasília e reuniu cerca de trinta mil pessoas na **Marcha Zumbi dos Palmares - Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida**.

Há dez anos atrás, a Marcha Zumbi definiu uma estratégia que qualificou a ação política da luta anti-racista.

O editorial do Jornal da Marcha dizia "Não se trata mais de dizer que o Estado Brasileiro se omite, que o Estado não faz. Nós vamos a Brasília dizer o que o Estado deve fazer. Já fizemos todas as denúncias. O mito da democracia racial está reduzindo a cinzas, como o boneco incendiado da Princesa Isabel. Queremos agora exigir ações efetivas do Estado – um requisito de nossa maioria política. Idealizada pelo Movimento Negro, a Marcha vai-se construindo como uma ação unificada envolvendo novas parcerias, que atestam o crescimento de nossa base social e o alargamento das frentes de luta contra o racismo: sindicalistas, setores populares, mulheres, estudantes, organizações não governamentais, comunidades rurais".

À época o editorial já anunciava a diferença política dos setores do Movimento Negro que se aglutinaram entorno da Marcha. A estratégia anunciada esta na definição do papel anti-racista e popular do Estado brasileiro, como condição para a construção da democracia no Brasil.

No ano **2000**, nos 500 anos do Brasil, através do **Movimento de Resistência Indígena, Negra e Popular – Brasil Outros 500**, o Movimento Negro ampliou a aliança popular com aqueles que historicamente lutaram contra o genocídio, etnocídio, escravidão em defesa de uma Brasil sem racismo, justo e igualitário.

A combinação de uma política de mobilização popular com a via institucional resultou no fortalecimento do Movimento Negro como fator estratégico e propositivo na luta de combate ao racismo, porém o Estado Brasileiro incorporou avanços mais simbólicos que efetivos.

A criação da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, com status de Ministério ocorreu em 2003, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e representa mais um instrumento de luta para a desconstrução do racismo institucional acobertado pelo Estado Brasileiro. Entre outras ações uma das primeiras medidas do atual Presidente foi



sancionar lei 10.639, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país.

O governo brasileiro com essas ações reconhece o grave quadro de desigualdade sócio racial brasileiro, mas não tem ainda uma política nacional de erradicação do racismo e da pobreza.

A Marcha Zumbi +10 contra o racismo, pela Igualdade e a vida coloca na agenda política do Governo Federal e do Congresso Nacional a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, do Projeto de Políticas Afirmativas nas Universidades Públicas, agilização da titulação e regularização das terras quilombolas, a urgência de políticas públicas capaz de frear o genocídio da população negra que atinge diretamente as crianças, adolescentes, à juventude e as mulheres negras e garantias judiciais para combater a intolerância religiosa as religiões de matriz africanas. Todas essas bandeiras representam a porta de acesso à igualdade de condições social e melhoria da qualidade de vida da população negra.

Estamos diante do alvorecer de um projeto político de combate ao racismo que levará anos para se consolidar. Mas temos esperança no futuro porque está em nossas mãos manifestar a importância de implementação de políticas que possa recompensar, reparar e distribuir o chamado "crescimento econômico" entre os brasileiros, que em sua maioria são de origem negra.

Vamos homenagear a luta de **João Candido e Zumbi dos Palmares nesse 22 de novembro**. Vamos todos a Marcha de Brasília e exigir condições para o florescimento da vida e garantia de igualdade de direitos para a população negra.

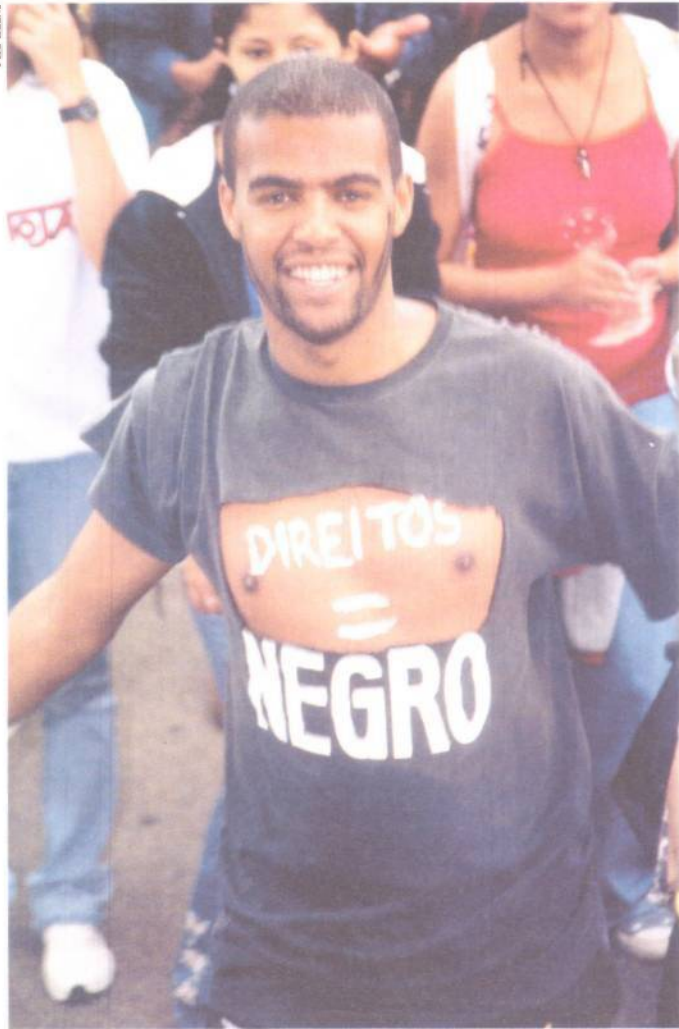
ZUMBI

MARCHA
CONTRA O
RACISMO.
PELA
IGUALDADE
E A VIDA.

Brasília, 20 de
novembro de 1995

PRINCIPAIS OBJETIVOS DA MARCHA ZUMBI + 10

APROVAÇÃO DO ESTATUTO E DAS COTAS JÁ! PELA MUDANÇA DA POLITICA RACISTA DO ESTADO BRASILEIRO.



O Estatuto da Igualdade Racial tem o objetivo de desenvolver políticas públicas com viabilidade orçamentária para concretizar condições para a inclusão social da população negra.

O Estatuto reúne o conjunto das proposições do Movimento Negro Brasileiro dos dez últimos anos. Entidades negras com as mais diferentes atuações - parlamentares, Ong's, pesquisadores, organizações de mulheres, juventude negra, advogados, juristas, gestores governamentais e organizações populares anti-racismo - construíram esta luta. O Estatuto propõe a ampliação da política de ações afirmativas para além do sistema de ensino superior e estende tal proposição para a área da cultura, esporte, lazer, saúde, trabalho, mídia, demarcação de terras quilombolas, acesso à justiça, licitações e concorrências públicas entre outras. A viabilidade do projeto esta no artigo que prevê um Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial que será composto com recursos da receita da União, doações de pessoas físicas, empresas privadas e Ongs, custas judiciais e multas de processos que envolvam racismo.

Em 2002 o Estatuto foi apresentado à Câmara e ao Senado sob a direção do Deputado Paulo Paim, PT/RS. As negociações para sua aprovação continuam. Em 2004, o governo Lula retrocedeu na sua política de promoção da igualdade racial quando desistiu de encaminhar por meio de medida provisória o projeto das políticas afirmativas que institui cotas para estudantes negros nas uni-

versidades e o projeto do Estatuto alegando que o debate sobre os dois projetos ainda não estava amadurecido na sociedade.

Especialista e gestores preocupados como combate ao racismo tem debatido a importância dos programas de ações afirmativas que conceitualmente é definido como um conjunto de ações políticas dirigidas à correção de desigualdades raciais e sociais, orientadas para oferta de tratamento diferenciado com vistas a corrigir desvantagens e marginalização criadas e mantidas por estrutura social excludente e discriminatória. O plano de ações afirmativas é um compromisso internacional assumido pelo Brasil que vem sendo discutido desde a Convenção da UNESCO de 1960, destinada ao combate na educação até a Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Discriminações Correlatas de 2001 que expandiu este compromisso por todas as situações importantes para a melhoria da cidadania em todas as fases da vida da população

negra. Por isso é interesse das crianças, juventude e mulheres negras.

Os dois projetos foram encaminhados para o Congresso. E lá estão em tramitação.

A emenda do governo ao Estatuto da Igualdade racial diz apenas que os recursos do fundo devem estar previstos no Plano Plurianual. O que isto significa? Que os recursos do fundo deverão entrar na disputa orçamentária com outras áreas governamentais. E nessa corrida por recursos orçamentários a SEPPIR deu apenas os primeiros passos e encontra muita resistência daqueles que negam a transversalidade da políti-

ca de promoção da igualdade racial. A Frente Parlamentar da Igualdade Racial está empenhando todo esforço na a aprovação, mas são muitos os interesses contrários.

O movimento Negro Brasileiro avalia na atual conjuntura econômica e política que a aprovação do o Estatuto e do projeto de políticas afirmativas nas universidades é um meio para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas que terão um impacto imediato na qualidade de vida de 80 milhões de pessoas. Na continuidade da luta de Zumbi e João Candido, ou seja, em médio prazo, a aprovação dos dois projetos modificará a estrutura racista no Estado Brasileiro porque incorpora mecanismos no aparelho de estado de combate sistemático ao racismo brasileiro.

Os brasileiros já sabem que o Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão há exatos 117 anos e que possui a maior população negra do mundo, à exceção da Nigéria. É um dos países que consegue mais concentrar riquezas do que dividi-las. E que quando se trata de distribuir os recursos entre a população pobre, os negros e indígenas, a única resposta é que os recursos para o social são poucos. Precisamos inverter esta lógica. A promoção da igualdade racial no Brasil não é gasto e sim investimento na qualidade de vida dos brasileiros.

A Marcha Zumbi + 10 representando os interesses desta população, e, homenageando Zumbi dos Palmares e João Candido, exige à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial com o Fundo e do projeto de políticas afirmativas nas universidades. O Estado deve reparar coletivamente a população negra distribuindo oportunidades sociais para inclusão de negros e negras. Esta é uma medida política educativa e importante para o combate ao racismo na sociedade brasileira e a toda sorte de discriminações.



CONTRA A INTOLERÂNCIA AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA



As religiões e os religiosos de Matriz Africana muito contribuíram e contribuem para a preservação da identidade negra num país onde a luta contra o racismo também se dá no campo religioso, principalmente por ser a sociedade brasileira palco de muita diversidade religiosa, o que não significa direitos iguais entre esta diversidade religiosa.

Historicamente as religiões de matriz africana sempre sofreram perseguição e são tratadas como caso de polícia, isto é, ocorrem

invasões dos templos sem autorização judicial, são apedrejados e comumente tidos como espaços não sagrados em atos de vandalismo e fanatismo religioso dos que não compreendem o direito ao livre arbítrio. Isso tudo, sob o patrocínio da omissão do Estado, que deveria minimamente assegurar a estas os mesmos direitos constitucionais assegurados às demais. A constituição brasileira de 1988 garantiu direitos aos templos, aos sacerdotes e aos fiéis de qualquer religião e avançou na isenção tributária aos templos de qualquer culto. O que infelizmente não vemos ser estendidos aos de matriz africana.

Na prática o que se vê é a intolerância as religiões de matriz africana que restringe a liberdade de crença do brasileiro e a matriz da identidade negra na cultura brasileira, negando a contribuição destas para a formação do povo brasileiro e sua resistência.

Não existem dados confiáveis sobre o enraizamento da

religião de matriz africana, porém algumas estimativas apontam que grande parte da população brasileira independente de sua matriz religiosa, também busca no candomblé e na umbanda soluções para seus problemas cotidianos e espaço para o culto ao sagrado. Os terreiros de Umbanda e Candomblé são espaços públicos que se encontram espalhados nas periferias das grandes cidades como Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio

Grande do Sul e São Paulo.

Nas últimas décadas as igrejas neopentecostais se fortaleceram no Brasil desvirtuando e combatendo os rituais e sentidos da cultura de matriz africana. Impunemente desenvolvem campanha sistemática de intolerância religiosa através da mídia eletrônica (Tv e Internet), impressa (jornais, revistas e panfletos), falada (rádio), contra as religiões de matriz africana.

Já dissemos que a organização dos representantes da religião de matriz africana na luta contra a intolerância religiosa tem sido um dos marcos para discutir o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as intolerâncias correlatas. Eles integram o Movimento Negro Brasileiro e exigem a garantia dos seus direitos constitucionais.

Segundo as organizações e representantes destas religiões, até hoje são encontradas muitas dificuldades para legalizarem os templos, assim como para lhes assegurar seus direitos constitucionais, sendo exigido destes, os mesmos parâmetros organizacionais encontrados nas demais religiões, não levando em conta que a realidade das demais religiões são consequência de uma vasta política pró-cristã, patrocinada pelo Estado durante séculos, o que nunca aconteceu com as religiões de matriz africanas.

As religiões e os religiosos de matriz africana estão presentes na Marcha Zumbi + 10 para exigir o fim da intolerância religiosa e o respeito às suas convicções religiosas. Como nossos ancestrais, estes sabem a importância de resistir e de se organizarem por um Brasil livre da Intolerância Religiosa.

Direito a terra para as comunidades quilombolas

A Constituição de 1988 reconheceu o direito de propriedade da terra às comunidades quilombolas. O artigo 68 da Constituição brasileira diz que “os remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras terão o reconhecimento da propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Portanto, cabe ao Estado deve emitir o título das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

No Brasil, até hoje, foram identificadas oficialmente, 743 Comunidades Remanescentes de Quilombos. Mas calcula-se que são mais de 2 mil comunidades espalhadas pelo país.

Para efeito de reconhecimento legal as comunidades quilombolas são consideradas “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

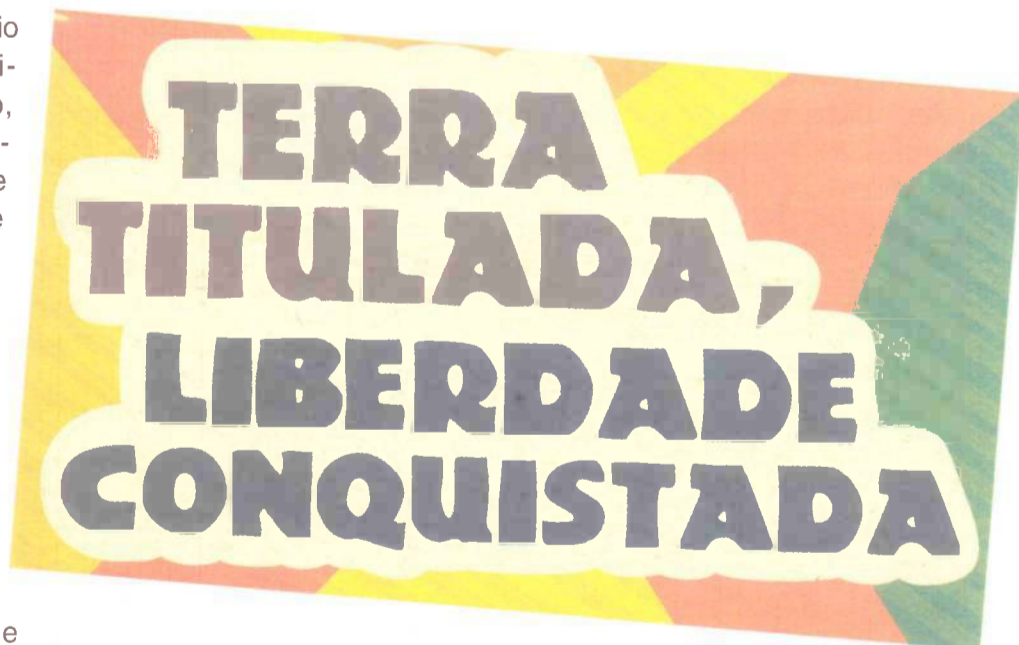
Historicamente, as comunidades quilombolas são em sua maioria de ascendência negra fixadas no meio rural e desenvolvem atividades sócio-econômicas ligadas a agricultura de subsistência, ao extrativismo e artesanato.

A responsabilidade da titulação de ter-

ras é do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA a quem compete identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular. A Fundação Cultural Palmares, órgão do Ministério da Cultura, e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial devem assistir e acompanhar o INCRA nas ações de regularização fundiária.

Até hoje, em todo o Brasil, apenas 575 comunidades quilombolas foram reconhecidas enquanto tal e somente 111 tiveram suas terras tituladas.

No atual Governo Federal estão em andamento os programas de apoio socioeconômico aos quilombolas, mas apenas duas comunidades localizadas no Pará receberam os títulos de terras. Os dados da



execução do orçamento, em 2004 e 2005, mostram que os recursos disponibilizados para a titulação e pagamento de indenizações de terras de quilombos não têm sido gastos.

O direito a terra para as comunidades quilombolas é um desafio nacional e não foge às dificuldades que impedem a concretização da reforma agrária no Brasil.

No dia 22 de Novembro vamos exigir agilidade do Governo na titulação e regularização das terras quilombolas.

A Mulher Negra na Marcha Zumbi + 10

Por que as mulheres negras estarão em Brasília participando da Marcha Zumbi + 10? Porque no mês de novembro elas estão lembrando duas datas muito importantes para a melhoria da qualidade de vida, uma de raça e outra de gênero. Lá estarão fortalecendo o 20 de novembro "DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA" e o 25 de novembro - DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.

No Brasil, as mulheres negras sofrem uma dupla discriminação - a de gênero e a

Políticas Públicas para inclusão social da criança, juventude e mulher negra é prioridade nacional

racial - e mais uma terceira, a de classe, por serem em sua maioria mulheres, negras e pobres. Há um agravamento da violência quando a mulher é negra.

Estudo recente da Fundação Seade sobre óbitos no município de São Paulo, em 1995, revela que 40,7% das mulheres negras morrem antes dos 50 anos. Além disso, mulheres negras e brancas com o mesmo padrão sócio-econômico apresentam diferenças na taxa de mortalidade de seus filhos no primeiro ano de vida. A taxa de mortalidade infantil por mil nascidos em 1993 era de 37 crianças filhas de mãe branca contra 62 crianças de mãe negra. O último censo do IBGE confirma a gravidade da situação das mulheres negras, 45% das mulheres brasileiras são negras e em termos de renda, ocupam a base da pirâmide sócio-econômica. Um estudo do IPEA de 2000, sobre o mercado de



trabalho com recorte de gênero e raça constata que discriminação contra as mulheres negras advém de um preconceito generalizado no Brasil do que seja o lugar dos negros na sociedade, que é o de exercer um trabalho manual, sem qualificação em setores pouco dinâmicos, a exemplo do setor de serviços de serviços ligado à tarefa doméstica onde está a trabalhadora doméstica, nesta categoria a maioria é mulher negra e recebem os mais baixos salários.

As violências de gênero, raça e classe particularizam a situação das mulheres negras brasileira onde se destaca o turismo sexual e o tráfico de mulheres.

A questão da fragmentação da estrutura familiar decorrente da ausência do pai, mari-

do, companheiro, impõe uma sobrecarga de responsabilidade sobre a mulher negra. Isto significa que onde ocorre à chefia feminina de famílias, as mulheres respondem pelos papéis femininos e masculinos, ao papel de pai e mãe, e essa questão tende a se fortalecer frente às conseqüências do neoliberalismo que provoca o desemprego em massa e desestrutura as famílias trabalhadoras, empurrando-as para a marginalidade.

A paternidade responsável é fundamental para reverter o quadro traçado anteriormente. Interessa desenvolver uma política de gênero capaz de fortalecer a idéia da maternidade e da paternidade como questões de caráter social, e não privado, principalmente quando o cotidiano familiar possui

elevado nível da violência física ou mental. Interessa uma política de gênero que combata a violência doméstica em suas manifestações micro e macro, isto é, tanto na sua faceta construída pelos relacionamentos afetivos quanto por aquelas acirradas pelo empobrecimento.

Vamos a Brasília exigir o fim de todas as formas de violência contra a mulher e política pública na área de educação, saúde e trabalho que estimule o companheirismo na manutenção e socialização dos recursos alimentares e educacionais das crianças, a divisão dos afazeres no trabalho doméstico, a responsabilidade na contracepção, na prevenção de DSTs e AIDS.



A Criança, o Adolescente e a Juventude Negra na Marcha Zumbi + 10.



A violência doméstica não atinge apenas a mulher negra, ela incide também contra crianças e adolescentes. Situações que envolvem a negligência, o abandono, maus tratos e abuso sexual são consequências da violência de gênero vivenciada no âmbito familiar.

A situação da juventude negra não está nada fácil.

UNICEF são mais elevados. Na faixa etária de 0 a 18 anos a taxa é de 9,15 homicídios por 100 mil. O que significa que cerca de 16 crianças e adolescentes são assassinados por dia no País.

O assassinato de negros é 70% maior em relação ao de brancos.

As informações da Síntese dos Indicadores Sociais 2003, do IBGE revelam que há quase duas mortes de negros para cada homicídio praticado contra brancos entre 15 e 18 anos. O recorte de raça demonstra que o alvo preferencial do genocídio é a juventude negra, principalmente contra os meninos na faixa de 15 a 18 anos. A vulnerabilidade da juventude negra se inicia nessa faixa etária, período em que são registrados os maiores índices de evasão escolar e trabalho infantil situação que propicia as redes de exploração sexual, pedofilia e tráfico de drogas.

Se os dispositivos previstos na lei do Estatuto da Criança e do Adolescente para a proteção a meninos e meninas, fossem plenamente adotados e operassem adequadamente, certamente, aqueles números seriam menores ao longo de uma década.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a proteção contra homicídios por meio da atuação conjunta de delegacias especializadas, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensorias Públicas, Conselhos Tutelares e Centros de Defesa.

Sabemos que o aumento da violência contra a população negra está diretamente relacionada à desigualdade socioeconômica, à cultura da violência e do medo veiculada pelos meios de comunicação e que é urgente o investimento emergencial e planejado em políticas públicas mais abrangentes. A política de governo de prevenção à violência prioriza frentes de combate à miséria, com o programa Bolsa-Família e o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), e ações de formação profissional e inserção no mercado de trabalho com prioridade para o jovem. Avaliamos que tais programas são pontuais e fragmentados e que é necessário uma política nacional de inclusão social com recorte de raça.

Segundo os grupos e organizações da juventude negra, nas mais variadas expressões culturais e política, mas principalmente a juventude Hip



Hop, a escalada da violência, o desemprego, a falta de sintonia entre o sistema educacional brasileiro a cultura e a história da população negra caracterizam-se nos dias de hoje como grandes desafios a serem superados. Contra este quadro desesperador de crueldade e violência surgiram movimentos da juventude negra em todo território nacional, em toda diversidade cultural e artística elevando a auto estima dos jovens da periferia, contribuindo para a reconstrução de uma identidade negra jovem e exigindo política de ações afirmativas nas universidades.

Exigir uma política de combate ao genocídio da população negra, especialmente dirigida as mulheres, crianças, adolescentes e juventude negra são um dos principais objetivos da Marcha Zumbi + 10.



A mortalidade de adolescentes e jovens é bem mais freqüente nas grandes cidades e regiões metropolitanas, áreas que concentram graves desigualdades sociais e econômicas, fatores que reconhecidamente propiciam a violência nas periferias das cidades, lugar da pobreza que coexiste com bolsões de riqueza dos baixos mais nobres.

Dados e relatórios de organizações ligadas aos direitos humanos denunciam que o homicídio entre jovens e adolescentes negros aumentou 82,05% no Brasil e esta é a mais grave violação dos direitos infanto-juvenis. Os dados são referentes às vítimas com idades entre 0 a 17 anos. Ao longo dos últimos dez anos os óbitos subiram de 3,9 para cada 100 mil habitantes, em 1990, para 7,1, em 2002. Os indicadores apresentados recentemente pela



A MARCHA ZUMBI + 10 no dia 22 de novembro é uma homenagem à luta de João Cândido

No dia 22 de novembro de 2005, no ano da promoção da igualdade racial, comemoramos 95 anos da história do Almirante Negro, João Cândido, líder da Revolta da Chibata. Uma luta que marcou a vitória dos trabalhadores da marinha brasileira no início da República. O "Almirante Negro", filho de escravos, ingressou na Marinha em 1894. No ano de 1910, em viagem de instrução à Inglaterra, ele e seus companheiros tomaram conhecimento do movimento dos marinheiros britânicos entre 1903 e 1906 em defesa de melhores condições de trabalho e, também, da insurreição dos russos embarcados no encouraçado Potemkin, em 1905.

A marinha de Guerra do Brasil, até 1910 ainda usava o açoite como medida disciplinar entre os marinheiros negros que estavam submetidos às péssimas condições das acomodações e de alimentação. Revoltados

com esta situação humilhante os marinheiros sob a liderança do Almirante negro João Cândido resolveram sublevar-se e tomar o poder dos principais navios da Marinha de Guerra brasileira que se aproximaram do Rio de Janeiro.

Era o **dia 22 de novembro de 1910**. Imediatamente mandaram mensagem para o presidente da República, marechal Hermes da Fonseca e ao ministro da Marinha, exigindo a extinção do uso da chibata. Os marujos tinham os canhões apontados para a capital da República.

Depois de cinco dias de revolta o Congresso pôs fim ao uso da chibata e aprovou um projeto de anistia para os amotinados, porém, a anistia fora uma farsa para desarmá-los.

João Cândido e os seus companheiros foram presos incomunicáveis, 97 marujos fo-

ram abandonados nas selvas amazônicas e outros sumariamente assassinados e jogados ao mar. João Cândido foi preso, enlouqueceu e foi internado no Hospital dos Alienados, depois ficou tuberculoso e mesmo na miséria conseguiu recuperar-se física e psicologicamente.

Hoje, João Cândido e a Revolta da Chibata são exemplos heróicos de luta para os trabalhadores brasileiros, em especial a juventude negra e a cultura política brasileira.



Zeelândia, mulher negra guerreira, revive a memória de seu pai João Cândido

Entrevista de Sílvia de Mendonça jornalista e atriz faz parte da equipe de comunicação do CEAP - Centro de Articulação das Populações Marginalizadas

O **Jornal da Marcha** chega no bairro Coelho da Rocha, município de São João de Meriti, Baixada Fluminense/RJ e encontra a sexta filha de João Cândido, Zeelândia Cândido de Andrade, mulher negra guerreira que aos 81 anos ainda tem muita determinação. **Dona Zee-lândia** fala da infância, da convivência com o pai e de esperanças. Ela fala das tragédias que aconteceram na família e das suas expectativas para o futuro. Ela, uma fervorosa católica, nos lembra que João Cândido nasceu em 24 de junho no dia de São João Batista, do ano de 1880, em Rio Pardo, hoje denominada Cruzada do Sul, em Porto Alegre/RS. Lembra com tristeza que seu pai, João Cândido Felisberto, foi muito perseguido e morreu em 1969, como vendedor no Entrepasto de Peixes da cidade do

Rio de Janeiro com o sonho de ser reintegrado a Marinha de Guerra, porque, segundo ela, o mar era a sua maior paixão. Todavia, ele morreu sem patente, sem aposentadoria e no esquecimento até que um dia foi intitulado popularmente por Almirante Negro.

Jornal da Marcha: A senhora tem sido convidada a falar sobre João Cândido em diversos lugares, o que tem a dizer sobre a convivência com o seu pai?

Dona Zeelândia: Eu sempre falo sobre o João Cândido revolucionário, o cidadão. Hoje, eu prefiro falar sobre o exemplo do pai que ele foi e da afinidade que eu tinha com ele. Imaginava que ele viveria mais tempo e hoje tenho muitas lembranças do tempo em que passamos juntos. Mesmo tendo passado 36 anos após sua morte ainda sinto muito a sua falta.

Jornal da Marcha: João Cândido teve quantos filhos e como era a sua família?

Dona Zeelândia: Eu quero lembrar um pouco a história da nossa família, porque em alguns livros não registraram o correto sobre os seus filhos. Com a primeira esposa, dona Marieta, tiveram dois filhos, o Arnaldo e o Mário. Depois que ficou viúvo conheceu a minha mãe, sua segunda mulher, Maria Dolores e aí nasceram a Nança (era assim mesmo o nome dela), a mais velha, o João Cândido, o Daniel que morreu, eu e logo depois de mim nasceu um outro filho que ele deu o mesmo nome do meu irmão falecido, Daniel. Ficou viúvo novamente com todos os filhos pequenos e sempre trabalhando muito. Alguns anos depois conheceu uma mineira, que batia muito na gente, dessa união nasceu o Mackenzie. Eles acabaram se separando e ela levou o filho. Ele voltou anos depois, algumas vezes, e depois desapareceu definitivamente após a morte do nosso pai. Sozinho novamente ele conheceu a Ana do Nascimento, com quem teve a Almerinda, o Arnaldo (novamente repetiu o nome de um dos filhos), Adalberto e o José Crokner. Vivos, hoje, somos três

filhos: eu, o Arnaldo e o Adalberto.

Jornal da Marcha: Depois que chegou aqui em São João de Meriti, João Cândido chegou participar de alguma atividade política?

Dona Zeelândia: Quando fomos morar em São João de Meriti o povo que o conhecia convidava o João para os partidos políticos e pedia o seu apoio. Os integralistas disseram que chegando ao poder fariam com que ele e os outros fossem reintegrados na Marinha. Meu pai entrou na marinha com 15 anos e só soube trabalhar no mar. Ele ficou esperançoso. Os marinheiros queriam justiça e integridade. Quando invadiram o Palácio do Catete ele chegou em casa e queimou tudo do partido, preocupado que algo de ruim pudesse acontecer com a nossa família.

Jornal da Marcha: Quais as lembranças que você têm de seu pai?

Dona Zeelândia: Meu pai era muito severo e carinhoso. Gostava de cantar as cantigas regionais do Rio Grande do Sul pra gente dormir. Um chefe de família trabalhador. Ele sempre viveu as maiores dificuldades. Lembro-me de quando ele pegava o trem de madrugada em São João de Meriti para trabalhar no cais da Praça XV. Com esse trabalho contraiu tuberculose, mas mesmo doente ele dizia que queria ficar perto do mar.

Jornal da Marcha: Quais são as lembranças mais tristes?

Dona Zeelândia: A memória do meu pai não é respeitada pelos que têm o poder porque ele era negro e humilde, se ele fosse um oficial já tinha sido anistiado. No Brasil não se respeita uma pessoa como o meu pai, é o que também está acontecendo com o presidente Lula. Ninguém admite alguém com uma história de origem pobre, e se for negro, pior ainda. Acredito que hoje meu pai apoiaria o Lula e votaria nele, porque tem uma história parecida com a dele. Depois de 1910 ele queria pelo menos entrar na marinha mercante, mas a marinha de guerra não permitia. Ele nasceu marítimo e na marinha ele queria morrer, por isso trabalhava junto ao mar, ele amava o mar.

Quando o navio Minas Gerais foi vendido como sucata e estava ancorado fora da baía, ele pediu a um pescador de um caiaque para levá-lo até lá. Foi se despedir. Quem assistiu disse que lágrimas saíram dos olhos dele.

Até hoje sinto tristeza por nossa família não ter tido condições de comprar a sepultura do meu pai. Hoje não existem mais os seus restos mortais. Assim que ele for anistiado vou mandar rezar uma missa na Igreja São Francisco de Paula, no Rio e outra em São João de Meriti.

Jornal da Marcha: Nesse episódio político quais fatos marcaram a vida da sua família?

Dona Zeelândia: Um fato que marcou

muito foi quando achávamos que os companheiros da marinha tinham esquecido dele. Em 1937 meu pai foi internado, ele estava muito doente e as crianças ainda todos pequenos passávamos por muitas dificuldades. Então meu pai chamou um vizinho que trabalhava no Diário da Noite, eles conversaram lá mesmo no hospital e dias depois saiu uma notícia no jornal de que meu pai estava muito doente, passando necessidades e deu resultado. Meu pai recebeu muitas visitas dos marinheiros e chegou a pedir que não fossem todos de uma só vez, porque incomodava os outros pacientes. Naquele tempo não deixaram faltar nada para o meu pai, durante a doença e nem em nossa casa. Até alguns oficiais foram visitá-lo e pediram para não serem citados.

Outro fato marcante ocorreu foi antes do meu pai morrer. Meu irmão havia comprado um terreno que ficou vazio durante anos, e numa ocasião o governador Roberto Silveira convidou papai para ir ao Ingá e conversou com ele sobre a luta dos marinheiros. Então o Roberto Silveira perguntou se ele tinha casa própria e ele disse que só tinha um terreno do meu irmão. O Roberto Silveira fez uma doação para papai e com esse dinheiro ele pode construir sua casa, isso foi em 1958 e foi lá que ele viveu até os seus últimos anos.

Jornal da Marcha: E o que mais teria marcado a vida do João Cândido?

Dona Zeelândia: Meu pai teve dois momentos muito tristes na vida dele, o primeiro foi quando minha mãe suicidou-se. Dez anos depois foi a minha irmã mais velha que fez igual a minha mãe, ateou fogo no corpo. Ela ficou internada uma semana e mesmo doente ele ia visitá-la todos os dias. Ele ficou o resto da vida marcado por esses dois acontecimentos.

Jornal da Marcha: E quais as lembranças alegres?

Dona Zeelândia: Ver o busto do meu pai olhando para as águas, as margens do Rio Guaíba (Porto Alegre). Lembrar dele jogando balas dentro da fogueira de São João e agente pensando que iam explodir. Ir ao parque de diversão que ele gostava muito e chamava de 'mafuá'. Vê-lo conversando em casa com os amigos marinheiros, que levavam instrumentos de corda e tocavam e cantavam cantigas do tempo deles. Uma vez eles trouxeram um bolo no formato do navio Minas Gerais e esta foi a última vez que fizeram uma festa juntos.

Jornal da Marcha: Qual a herança ou lição maior que ele deixou para a família?

Dona Zeelândia: Ele deixou para a família a noção de que este mundo era desigual e isto ele sentiu na pele com a Revolta da Chibata. Ele dizia na comunidade de marinheiros que não deviam se rebaixar e se humilhar. E isso ele passou para todos

os filhos também. Eu aprendi e fui à luta, participo nas associações de moradores, no movimento negro e de mulheres. Porada eu não fico. A lição que meu pai deixou é que se a gente tem um ideal, e não se sente bem com uma situação e se puder reverter essa situação, que não devemos esperar pelos outros, temos que arregaçar as mangas e lutar para mudar. Com luta ou com diálogo, vamos nós mesmos tomando as rédeas do nosso destino, porque abaixo de Deus nós temos esta condição. Não podemos esperar que a solução dos nossos problemas venha só de cima.

Jornal da Marcha: João Cândido foi muito homenageado?

Dona Zeelândia: A marcha de Zumbi a João Cândido que saiu do busto do Zumbi na Praça Onze até a Praça XV / RJ fez minha família chorar muito. Ele recebeu muitas homenagens nas universidades. O samba do João Bosco e Aldir Blanc. Ele foi tema do enredo da Escola de Samba União da Ilha, em 1985. Recebeu o título póstumo das Assembléias Legislativas de Porto Alegre e do Rio de Janeiro, da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e de São João de Meriti, em 1986. O meu pai foi enredo da Escola de Samba Camisa Verde e Branca, em São Paulo, em 2002. O CIEP no bairro onde ele viveu sua vida leva o seu nome.

Jornal da Marcha: E hoje quais são as suas esperanças?

Dona Zeelândia: Quero ver a memória do meu pai e todos os seus companheiros ser resgatada e respeitada a ponto de realizar o grande sonho de serem reintegrados a Marinha, por isso ainda luto junto a Unidade Nacional e Mobilização Pela Anistia. E espero ver a Associação dos Marinheiros se tornar a Fundação João Cândido.

Expediente

Este jornal é de inteira responsabilidade das entidades que compõem a **Comissão Organizadora da Zumbi + 10 – II Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida:**

Agentes de Pastoral Negros do Brasil – APNS; Centro de Articulação das Populações Marginalizadas – CEAP; Comissão Nacional contra a Discriminação Racial da Central Única dos Trabalhadores – CNCDR/CUT; Coordenação Nacional de Entidades Negras – CONEN; Fórum Nacional de Mulheres Negras; Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro – Brasileira/INTECAB; Movimento Negro Unificado – MNU; Setorial de Negros e Negras da Central de Movimentos Populares – CMP; União de Negros pela Igualdade - UNEGRO

– Manifesto –

Zumbi + 10 - II Marcha contra o Racismo, Pela Igualdade e a Vida

Na década de 70, retomando uma longa e rica trajetória de lutas, o movimento negro sai às ruas para denunciar o desemprego e o subemprego do negro, vítima do racismo, da discriminação racial e da violência policial e lutar por melhores condições de vida para a população negra brasileira. Neste período, surgiram os blocos afros, segmento do movimento negro responsável pela divulgação da história da cultura negra no Brasil e promotor da auto-estima de negros e negras nas atividades pré-carnavalescas e durante o carnaval.

Um dos marcos dessa retomada de luta é a criação do Dia Nacional da Consciência Negra, no dia 20 de novembro. Nesse dia, no ano de 1695, foi assassinado Zumbi, a principal liderança do Quilombo de Palmares, um território livre, símbolo da resistência ao regime escravista e da consciência negra de homens e mulheres como Dandara e Luiza Mahin, em busca da liberdade e da construção de uma nação.

Em novembro de 1995, no ano das comemorações dos trezentos anos da imortalidade de Zumbi dos Palmares, o movimento negro brasileiro realizou a Marcha Zumbi dos Palmares - Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida. Uma manifestação que conseguiu reunir cerca de trinta mil pessoas, militantes do movimento negro e de outros movimentos sociais no dia 20 de novembro daquele ano em Brasília.

A marcha influenciou os rumos da luta contra o racismo em nosso país. Nos anos seguintes o movimento negro é fortalecido e a questão racial negra passa a ser vista como um dos impasses nacionais a serem solucionados para a construção de um Brasil sem racismo, justo e igualitário.

No período de 1978 a 2005, as mulheres negras avançaram na construção de uma identidade dentro do movimento negro e feminista, lideranças como Lélia Gonzáles, Beatriz do Nascimento e outras, levaram a discussão da mulher negra para o conjunto das entidades. Crescemos na luta contra a violência doméstica, nas políticas públicas buscamos nossos direitos exigindo acesso à educação, à saúde discutindo nossas especificidades.

A luta contra a intolerância religiosa tem sido um dos marcos para discutir o racismo neste país, a hipocrisia ao se determinar que as religiões de matriz africana são satânicas, mostra a manipulação e a introjeção do racismo, aqui protagonizados por evangélicos que controlam a mídia eletrônica, apesar do silêncio das autoridades, essa prática tem sido enfrentada por ações unitárias das religiões de matriz africana.

Ao longo desses anos, as lutas pela igualdade de oportunidade no mercado de trabalho, foram sendo incorporadas pelo movimento sindical, e varias comissões contra a discriminação racial foram criadas nas centrais sindicais e nos sindicatos de trabalhadores.

Os quilombolas têm se articulado nacionalmente para exigir títulos de posse às terras, políticas econômicas, educacional e cultural em seus territórios. A juventude negra,

especialmente o movimento hip-hop, tem tido avanços significativos na organização da luta contra a violência racial, desemprego e as péssimas condições de vida da população da periferia, através de atividades culturais, manifestações públicas e utilização de mídias alternativas (rádios comunitárias e fanzine). A luta por cotas e ações afirmativas tem tido participação decisiva da juventude negra. Nos governos municipais, estaduais e federal são criados organismos de combate ao racismo e para a implementação de políticas para a promoção da igualdade racial. A criação da Secretaria da Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, com estatuto de ministério no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representa uma resposta do Estado Brasileiro às demandas históricas da luta anti-racismo.

Apesar do avanço da luta do movimento negro, continuamos na base da pirâmide social, com os piores empregos e salários; menor índice de escolaridade; menor acesso à saúde; somos as vítimas preferenciais da violência do Estado; sofremos com a pobreza e vivemos num país com profunda desigualdade econômica e social racializada.

O processo de genocídio da população negra no Brasil atingiu níveis alarmantes através da proliferação do narcotráfico que tem levado à morte grande contingente de jovens negros, através da violência policial e ação dos grupos de extermínios deixando à mostra que o Estado Brasileiro nunca desistiu de seu projeto de branqueamento, arquitetado em finais do século XIX.

A superação dessa situação exige mudança na política econômica do atual governo, com o objetivo de distribuir renda e enfrentar a pobreza, estacando o vertiginoso enriquecimento do setor financeiro. O neoliberalismo implantado no Brasil tem significado para população negra, atraso político e social. O enxugamento do Estado significa a desqualificação da educação e degradação da saúde pública. Doenças que já se encontravam sobre certo controle voltam a ameaçar a população negra e pobre, como tuberculose, cirrose, desnutrição e a AIDS.

Manifestamos nosso repúdio às práticas de corrupções que assolam o País. Acreditamos que a corrupção fere duramente princípios dos quais não abrimos mão: ética, respeito e correção com o dinheiro público. Não aceitamos que dinheiro da educação, saúde, moradia seja desviado a interesse privado, por isso exigimos criteriosa apuração e punição dos culpados, acompanhada de uma profunda reforma política que rompa com o sistema político-eleitoral vigente.

Diante dessa realidade e ciente de que se faz necessário a ação política do movimento negro e presença nas ruas lutando contra o racismo, por mudanças reais no nosso país, convoca para o **DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2005**, data em que celebramos os noventa e cinco anos da Revolta da Chibata, comandada por João Cândido, o almirante negro, a **II Marcha Zumbi + 10 - Contra o Racismo, Pela Igualdade e a Vida**.

Uma marcha que além de fazer um balanço das conquistas e avanço obtidos ao longo desses dez anos, tem como objetivos exigir do Estado Brasileiro o reconhecimento do conceito de reparação como eixo principal para implementação de políticas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial, acompanhamento às orientações da Declaração e do Programa de Ação da III Conferencia Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata.

Uma marcha que vai exigir do Governo Lula e do Congresso Nacional, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e do Projeto de Cotas nas Universidades, agilização da titulação e regularização das terras quilombolas.

Uma política de combate ao genocídio da população negra, vitimando especialmente as mulheres, as crianças e a juventude negra. A necessidade da ampliação do combate á intolerância religiosa ás religiões de matriz africanas.

A II Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida é uma iniciativa do movimento negro Brasileiro e se constitui num ato de indignação e protesto contra as condições sub-humanas em que vive a população negra deste país, em função dos processos de exclusão social determinado pelo racismo e a discriminação racial presente em nossa sociedade.

Uma marcha que será integrada por todos os setores da sociedade dispostos a fortalecer um amplo movimento por mudanças que consiga concretizar os sonhos por soberania e preservação de nossos territórios, de nossas religiões, de nossa cultura, de nossas identidades e orientação sexuais, de nossos projetos de vida por um novo Brasil sem racismo, justo e igualitário.

Comitê Impulsor Zumbi + 10 - II Marcha contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida:

Agentes Pastoral Negros do Brasil - APNS; Articulação Nacional do Coletivo de Empresários Negros Afros – Brasileiros/ANCEABRA; Centro Nacional da Cidadania Negra; Comissão Nacional Contra Discriminação Racial da Central Única dos Trabalhadores - CNCDR/CUT; Congresso Nacional Afro – Brasileiro/CNAB; Conselho Nacional de Yalorisas, Egbomis e Ekédis Negras; Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN; Fórum Nacional de Mulheres Negras; Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro – Brasileira/INTECAB; Movimento Nacional Fala Bantu; Movimento Negro Unificado - MNU; Pastoral Afro; Setorial de Negros e Negras da Central de Movimento Populares - CMP; União de Negros Pela Igualdade - Unegro; Juventude e Quilombolas.